

**(IN)EXISTÊNCIA DE UMA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE NO  
BRASIL**

**THE (IN) EXISTENCE OF A CRISIS OF REPRESENTATIVENESS IN  
BRAZIL**

Jéssica Yume Nagasaki<sup>1</sup>

Eduardo Henrique Lopes Figueiredo<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo pesquisar se há uma crise de representatividade no cenário democrático brasileiro, ocasionado pela ausência de diálogo e identificação dos eleitores com seus representantes. Irá discutir inicialmente as nuances do governo representativo em uma democracia, para posteriormente questionar-se se a representação política no Brasil concentra-se na figura do candidato ou no partido político. Causando impacto direto na democracia representativa, pois, resulta em um descompasso e uma descrença na política, ocasionando possivelmente uma crise de representatividade. Para isso, a metodologia da pesquisa será analítica e irá embasar-se pela combinação de propostas investigativas, como a pesquisa bibliográfica. O artigo terá como marco teórico Bernard Manin e Nadia Urbinati, que buscam pesquisar e identificar as possíveis clivagens da representação e suas consequências em uma democracia representativa. A razão que justifica o presente artigo é discutir se o cenário contemporâneo democrático do Brasil, no que se refere a democracia e ao governo representativo encontram-se em consonância com a realidade social ou apresenta-se em crise. Como resultado, verifica-se que o comportamento eleitoral brasileiro ainda não encontra-se estável, não sendo possível constatar se há uma crise de representatividade/identidade ou uma mudança quanto ao tipo de governo representativo vivido no Brasil.

**Palavras-Chave:** Representação. Eleitores. Eleitos. Partidos Políticos.

**ABSTRACT**

This article aims to investigate if there is a representative crisis in the Brazilian democratic scenario, caused by the absence of dialogue and identification of voters with their representatives. It Will initially discuss the nuances of representative government in a democracy, and then ask whether the political representation in Brazil focuses on the figure

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito com área de concentração em Constitucionalismo e Democracia da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Bolsista da FAPEMIG. E-mail:

[jessicayumenagasaki@gmail.com](mailto:jessicayumenagasaki@gmail.com)

<sup>2</sup> Advogado, Jurista, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direito. Professor da graduação e do programa de pós graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), bem como da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [ehlfigueiredo@yahoo.com.br](mailto:ehlfigueiredo@yahoo.com.br)

of the candidate or the política lparty. Causing direct impacton representative democracy, therefore, results in a mismatch and disbelief in politics, possibly leading to a crisis of representativeness. For this, there search methodology Will be analytical and Will be based on the combination of investigative proposals, such as bibliographic research. The paper will have as theoretical framework Bernard Manin and Nadia Urbinati, Who seek to investigate and identify the possible cleavages of representation and its consequences in a representative democracy. The reason that justifies this articleis to discuss whether the contemporary democratics cenário of Brazil, in what refers to democracy and representative government are in line with the social reality or presents it self in crisis. As a result, it can be verified that the Brazilian electoral behavioris still not stable, and it is not possiblet overify IF there is a crisis of representativeness, although there are indications in the current politicals cenário.

**Key-words:** Representation. Electors.Elected.Political parties.

## 1.INTRODUÇÃO

Abordar a questão da representação no cenário democrático brasileiro demonstra-se bastante recorrente ao observar o que ocorre nos dias atuais. Para tanto, o presente artigo pretende pesquisar e discutir sobre a possível crise de representatividade/identidade no Brasil. No entanto, não procura de imediato obter uma resposta para este problema, visto que as proporções e nuances sobre o tema estão em construção, assim, busca traçar meios de questionar se isso é passível ao inserir no decorrer do texto intersecções e pesquisas sólidas de autores que analisam esse contexto, dando subsídios ao leitor para tentar compreender o cenário atual.

Para a confecção do artigo utilizou-se como marco teórico os autores Bernard Manin e Nadia Urbinati, enquanto na seara metodológica, a pesquisa será analítica e irá embasar-se pela combinação de propostas investigativas, como a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura de autores brasileiros no que se refere ao comportamento eleitoral para poder traçar parâmetros e informações do processo democrático brasileiro.

O artigo encontra-se subdividido em duas partes, sendo a primeira denominada as faces da representação política, e a segunda tenta abordar o tema da (in)existência da crise de representatividade/identidade no Brasil. No que tange a primeira parte, busca explorar os sentidos da palavra representação em uma democracia representativa. Para isso, conduz ao significado de representação durante o decorrer dos períodos, demonstrando que sua relação com a política é recente, e que sua apresentação no cenário contemporâneo ainda causa indeterminações.

A representação política em uma democracia representativa solidifica suas bases na relação entre sociedade civil e Estado que se desloca para atores políticos diversos. No artigo será utilizada a tríplice de três protagonistas: representação, representados na concepção de eleitores, e representantes entendidos como partidos políticos e a figura do candidato. Diante disso, tenta-se demonstrar os percalços da representação, tentando estrutura-la nos moldes atuais, em que os eleitores expressam suas opiniões e valores no processo democrático por meio da liberdade política que o envolve. As eleições demonstram o ápice desse envolvimento político por causa do voto, em que cada eleitor condensa suas pretensões nele, sendo a soma de sua percepção subjetiva e objetiva da realidade vivida pelo país.

O segundo tópico do artigo pretende delinear argumentos para solucionar a problemática proposta e atingir seu objetivo. Logo, busca-se pesquisar o comportamento do eleitor brasileiro, ao colocar a figura do candidato em si e a do partido político, de forma a tentar delimitar quais os aspectos que são sopesados na hora da votação, bem como o papel e o peso do partido político e do candidato na atualidade.

## **2.AS FACES DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Nos moldes de Hanna Fenichel Pitkin<sup>3</sup>o termo representação tende a ser complexo pela própria formação e identidade do termo durante os anos, podendo considera-lo um fenômeno cultural, político e humano. Sua origem é latina com a palavra *representare*, sem possuir nenhuma relação com governo, pelo contrário, seria fazer-se presente. A partir da Idade Média, por meio de conceitos religiosos, os papas e cardeais eram representantes de um Deus maior. Para interligar o termo representação relacionado a política urge identificar o seu desenvolver no tempo, nas instituições e na história. O embrião acontece com os cavaleiros e burgueses que inicialmente trabalhavam para o rei, somente por interesses privados, passando a serem vistos como um meio para representar a comunidade no parlamento. Somente em 1651 com a publicação de *Leviatã* de Thomas Hobbes obteve-se a ideia de representação na teoria política.

Partindo de uma concepção contrária, Rousseau posiciona-se de maneira negativa sobre a representação, de modo que esta tende a retratar a vontade geral, devendo ser feita por

---

<sup>3</sup>PITKIN, Hanna Fenichel. *Representação: palavras, instituições e idéias*. Lua Nova, 67: 15-47. 2006. pp. 17/27.

meio da lei, ou seja, somente no Poder Executivo o povo poderia ser representado, enquanto no legislativo isso seria impossível, assim, “de qualquer modo, no momento em que um povo nomeia representantes, já não é um povo livre: deixa de ser povo”<sup>4</sup>.

Diante disso, a representação perpassa por diversas fases até formar um conceito correlacionado com política e governo. Delimitar o papel do representante também tornou-se uma questão a ser discutida, pois apresentava dois possíveis argumentos teóricos para o papel do representante, sendo um deles fazer o que eles fariam por si mesmo buscando sempre o melhor e agindo como se representado fosse, enquanto o segundo argumento seria que os representantes devem agir conforme o que for melhor para o coletivo, pois foi escolhido visando tal objetivo<sup>5</sup>.

A representação em uma sociedade democrática deve se ater para a relação entre Estado e sociedade, onde o processo eleitoral representa tanto a separação desses grupos, quanto a própria desvinculação do candidato a sua classe, colocando-o como precursor em atender as necessidades sociais. As teorias jurídica e institucional da representação expressam esse entendimento, ao colocar o Estado como figura central em que o cidadão/eleitor só teria a função de escolher o candidato que irá representá-lo sem que haja um vínculo, sua função é apenas de gerenciamento e organização do Estado. Como fator contrário, a representação política aprimora o próprio conceito de representação, de modo que esta passa a ser dinâmica, visando uma circularidade entre Estado e sociedade<sup>6</sup>.

Devido a isso, a participação dos cidadãos eleitores deveria fomentar o diálogo, de forma que os participantes que vivem a Constituição acabam por também ser intérpretes dela, isso diz respeito tanto aos cidadãos quanto aos órgãos públicos. Esses participantes ficam inseridos tanto no processo de formação, como também no processo de desenvolvimento posterior, sendo pluralista, permitindo que as teorias (da ciência, da democracia, da Constituição e da hermenêutica) consigam uma mediação entre Estado e Sociedade. Assim, o povo, participa tanto na escolha dos seus representantes pelo voto, como também um elemento pluralista de interpretação<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução Antônio Pádua Danesi. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. pp.116

<sup>5</sup> PITKIN, Hanna Fetiche. *The Concept of Representation*. University of California Press: California, 1972.

<sup>6</sup> URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?*. Lua nova, São Paulo, 67: 262-269, 2006. p.10/11.

<sup>7</sup> HABERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002

Neste sentido, a democracia representativa, demonstra uma mudança de atuação, não se resumindo apenas ao sim e ao não, mas colocando em pauta opiniões dos eleitores, e conseqüentemente, aclamação por liberdade política. O representante deve sempre provar e construir sua legitimidade de forma cíclica na sua representação, pois assume um papel de grande visibilidade em relação aos eleitores e seus feitos durante determinado período, não sendo considerado um contrato<sup>8</sup>.

Os cidadãos formam suas opiniões e criticam quem detém o poder; sua expressão de ideias pública e livremente é a condição para a elaboração e mudança de todas as decisões. Essa é uma forma de participação ou cidadania ativa na democracia representativa, embora não se converta diretamente em leis e não possa exercer autoridade. Os cidadãos assim usam todos os meios de informação e comunicação disponíveis, de maneira a manifestar sua presença - algo que não é menos valioso que os procedimentos e as instituições, apesar de carecer de poder de comando.<sup>9</sup>

Dessa forma, o governo representativo forma suas bases na participação efetiva dos cidadãos no campo da política, não assumindo um papel apenas de expectador, mas opinando quanto aos possíveis rumos e decisões tanto nas eleições, quanto no período de mandato que determinado candidato e partido assumem o poder legislativo e executivo em âmbito federal, estadual e municipal.

As bases de um governo representativo promulgam a consonância e a conexão de eleitores com os eleitos, sendo possível identificar quatro princípios acerca do governo representativo, o primeiro diz respeito aos representantes que são eleitos pelos governados, onde a eleição é o meio que legitima este poder. O segundo princípio aborda o fato que os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores, pois não há mandato eletivo e instruções, bem como não segue a lógica de que os eleitos devem fazer exatamente o que os eleitores exigirem, a reeleição age como um parâmetro de satisfação ou não entre esses dois polos<sup>10</sup>.

O terceiro princípio versa sobre a opinião pública sobre assuntos políticos e seu poder de manifestação independente do controle do governo, sendo necessário a liberdade de opinião política por meio do acesso à informação política e a liberdade para expressar as opiniões públicas. Por fim, o quarto e último princípio trata da forma em que as decisões são

---

<sup>8</sup>URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?*. Lua nova, São Paulo, 67: 262-269, 2006. p.2/5

<sup>9</sup>\_\_\_\_\_. *Crise e metamorfose da democracia*. Rev. bras. Ci. Soc. Vol.28. n.82. São Paulo. June 2013, s/p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200001> . Acesso em 16 de set. 2018

<sup>10</sup>MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp.5-34, 1995. pp.2/4.

tomadas, sendo por debate, por meio da assembleia representativa. A ideia de representação encontra-se vinculada à discussão e ao debate, os representantes trazem em si a ideia do local em que foi eleito, fazendo com que a própria assembleia desse espaço a um local de diversidades sociais e para tanto, o debate seria imprescindível e teria que ter como fundamento o consentimento da maioria para que seja válido<sup>11</sup>.

Com o estabelecimento desses princípios por Bernard Manin<sup>12</sup>, ele traça critérios e analisa três tipos de governo representativo, sendo o primeiro do tipo parlamentar em que a relação tem como fundamento a confiança, os representantes tem uma proximidade com os eleitores por ser da mesma comunidade e portanto, só elegem os notáveis, um tipo particular de elite. O segundo tipo é a democracia de partido, resultado de um aumento dos eleitores e caracterizado pela figura do partido que cria uma identidade social, cultural e econômica com o eleitorado. Por fim, o terceiro tipo seria a democracia do público, em que define a questão dos representantes eleitos pelo povo como algo que está em plena mudança, não seguindo um padrão de indicação de candidatos, porém este analisa o que os eleitores levam em consideração, sendo a personalidade um ponto forte na escolha, ou seja, novamente o eleitor passa a visualizar o indivíduo ao invés do partido e as promessas que aqueles fazem, gerando uma confiança.

No que se refere ao Estado democrático brasileiro e seus três atores, eleitores, eleitos e partidos políticos, a concepção de governo representativo encontra-se em presente ruptura e transformação, tanto no que concerne a própria democracia quanto ao que entende-se pelo direcionamento de eleitores ao conceito de representação e ao próprio papel que desempenham em um governo representativo. A construção de representação no país encontra-se em constante mudança e, para a presente pesquisa demonstrar-se-á se existe uma crise representativa requer esforços de entender o papel do representante na figura do candidato e do próprio partido político.

A representação política permite que eleitores não sejam contabilizados como uma massa, uma multidão, um número que não revela identidades, mas têm-se em mente que abre caminhos e possibilita uma discussão ampla, permitindo formar opiniões diversas que resultam no voto dos eleitores, ou seja, essas opiniões são materializadas no voto e

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp.5-34, 1995. pp.5/8.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp.5-34, 1995.

perpetuadas na vida política dos eleitores, e conseqüentemente, no rumo da democracia no país, no caso o Brasil<sup>13</sup>. Diante disso,

A representação política transforma e expande a política na medida em que não apenas permite que o social seja traduzido no político; ela também promove a formação de grupos e identidades políticas. Acima de tudo, ela modifica a identidade do social, uma vez que, no momento em que as divisões sociais se tornam políticas ou adotam uma linguagem política, elas adquirem uma identidade na arena pública de opiniões e tornam-se inclusivas ou representativas de um aspecto mais largo de interesses e opiniões.<sup>14</sup>

Como resultado a representação apresenta-se no cenário atual como uma maneira de demonstrar a liberdade política existente, fazendo menção a pluralidade de atores que encontram-se presente na arena política, discutindo e propondo ideias conforme suas crenças e opiniões, permitindo e possibilitando uma afinidade maior com os possíveis representantes, entretanto, desencadeiam-se questionamentos quanto a uma possível crise de representatividade/identidade contemporânea.

### **3. CRISE DE REPRESENTATIVIDADE/IDENTIDADE: ELEITORES, ELEITOS E PARTIDOS POLÍTICOS.**

O resultado do compilado de ideias advinda dos eleitores, faz a representação sofrer a dualidade entre representados e representantes, sendo necessário que se tenha uma conexão que dê base para a sua legitimidade. Como consequência, o modelo de representação que prevalece e se institui durante os séculos XVII ao XX permitiu a abrangência de atores políticos, bem como o surgimento dos partidos de massa e a figura do legislativo na relação entre representantes e representados<sup>15</sup>.

Nesta perspectiva, para selecionar os representantes em uma democracia o voto acaba sendo o resumo dessas ideias, servindo de parâmetro para selecionar boas políticas e tecnicamente bons representantes. Os representados tendem a escolher a melhor proposta, sopesando o que seria melhor do ponto de vista individual e coletivo. Somando a isso as eleições também acarretam observação e análise pelos representados das ações passadas dos

<sup>13</sup> URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. Lua Nova, São Paulo, 67: 191-228, 2006. pp.210/212.

<sup>14</sup> URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?*. Lua Nova, São Paulo, 67: 191-228, 2006. Pp.218/219.

<sup>15</sup> CASTELLO, Graziela; HOUTZAGER, Peter P.;LAVALLE, AdriánGurza. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 49-103, 2006. pp.57.

representantes em mandatos anteriores, averiguando o quão importante e impactante foi sua atuação para a sociedade civil<sup>16</sup>. A partir disso, a análise dos eleitores pode fundamentar-se na figura de um candidato específico sem observar o partido político em que ele está associado ou levar em consideração as ideias de determinado partido político.

No que diz respeito aos partidos políticos, chamados a princípio de partidos de massa, surgiram, inicialmente, pela ruptura ocasionada pela falta de identificação dos eleitores com um candidato específico. Gerado pelo crescente número de eleitores, rompendo com a aproximação antes existente<sup>17</sup>. Assim, os partidos políticos servem para representar o todo, pois “nenhum partido diz representar apenas os interesses daqueles que a ele pertencem ou o apoiam”<sup>18</sup>.

Atualmente a ideia dos partidos políticos estarem em crise é algo aceito pelos pesquisadores. Entretanto, antes de se falar em crise deve-se atentar para a diferença entre organizações partidárias e partidos políticos, em que a primeira apresenta indícios de fracasso, enquanto a segunda não. Salienta-se que a concepção contemporânea de partido político demonstra o rompimento com o que anteriormente era conhecido como partido de massa. Nesse cenário as organizações partidárias não conseguem acompanhar o crescimento do número de eleitores, e em contrapartida os próprios eleitores tendem a não se interessar por participar e fazer parte das organizações e atividades que a compõem, ocasionando um distanciamento. Soma-se a isso, o fato dos partidos políticos estreitarem sua relação com o Estado e governo, resultado de fatores externos que detinham íntima relação com a própria manutenção dos partidos políticos, por exemplo a colaboração do Estado para o financiamento das atividades do partido, a sujeição destes as leis estatais e principalmente, a consequência da aproximação de candidatos ocuparem cargos públicos<sup>19</sup>.

O questionamento acerca da crise de representatividade/identidade relacionados aos partidos políticos converge com a própria modificação do cenário político e de representação. Pois as vicissitudes vividas pós promulgação da Constituição de 1988 permitiu maior liberdade política aos cidadãos, e conseqüentemente, uma comunicação maior do

<sup>16</sup> MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. *Eleições e Representação*. Lua Nova, São Paulo, 67: 105-138, 2006. pp.105/106.

<sup>17</sup> MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp.5-34, 1995. pp.10.

<sup>18</sup> URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?*. Lua Nova, São Paulo, 67: 191-228, 2006. pp.219.

<sup>19</sup> MAIR, Peter. *Os Partidos Políticos e a democracia*. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293. pp.277/282.

Estado e do governo com partidos políticos e candidatos, refletindo em novas formas de se fazer presente na sociedade, inclusive por meio do surgimento de outros atores políticos e a abertura midiática.

Em decorrência a isso, os partidos políticos antes eram reconhecidos e direcionados no geral, mas ainda levando consigo características de determinado grupo a qual o eleitor pudesse ser direcionado na identificação, ou seja, os eleitores eram atraídos por determinada ideologia do partido. Atualmente isso torna-se improvável, pois os perfis eleitorais tendem a demonstrar um amplo leque de interesses, de forma que, os partidos políticos também acabam direcionando e sendo acessíveis a todos os eleitores dentro de alguma questão proposta, ou seja, os partidos acabam compartilhando a mesma questão a fim de atingir os eleitores e com isso, todos acabam tornando-se potencialmente viáveis na escolha<sup>20</sup>.

Como consequência dessa mudança, Bernard Manin<sup>21</sup> ressalta que a concepção do próprio modelo do governo representativo vem se modificando, pois no passado a representação política permitia que os eleitores se identificassem com o partido e com o que estes prometiam. Enquanto neste momento, ocorre deturpação dessa representação, pois os eleitores não vislumbram mais o governo que desejam ter, pois os representantes não expressam sua real intenção e nem se aproximam ou se assemelham com os eleitores, construindo um abismo, uma ilusão nessa representação.

Entretanto, os partidos políticos ainda desempenham um papel importante na política, pois os candidatos a representantes no cenário eleitoral devem-se vincular a determinado partido, ou seja, o possível eleitor mesmo que seja uma figura pública e personificada na figura do partido se filia por afinidade. Tal fato ocorre, porque

(...) a seleção de candidatos na condição de competidores isolados, sem um partido ou filiação a um grupo político, não pode ser considerada um ideal de representação democrática, na medida em que pode inclusive se tornar um afastamento dos princípios do governo representativo. Na realidade, se a eleição fosse de fato uma seleção entre e de candidatos isolados – entre e de nomes individuais ao invés de nomes de grupos políticos – a representação iria desaparecer, porque cada candidato(a) concorreria por si solitariamente e se tornaria, com efeito, um partidário de seu próprio interesse.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup>MAIR, Peter. Os Partidos Políticos e a democracia. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293. pp.286.

<sup>21</sup>MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp.5-34, 1995.

<sup>22</sup>URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 191-228, 2006. pp.222/223.

Assim, o cerne da questão de crise de representatividade/identidade se instaura, pois ainda que a representação política envolva partidos políticos e a própria figura do candidato, os eleitores assumem um papel crucial nesta relação, ao encarar quem seria legitimamente seu representante, ou seja, envolve-se nesse cenário, algo subjetivo que compreende nessa equação a afinidade do eleitor, podendo ser pelo partido político ou na figura do candidato. Dessa forma, permite traçar questionamentos, pois a figura do candidato como pessoa que tende a fazer promessas nas campanhas políticas atinge diretamente o eleitor ao tentar criar vínculos por meio da proximidade e afinidade em seu próprio discurso, enquanto o partido político assume na prática o segundo plano, embora ambos estejam relacionados e submetidos ao mesmo sistema, além da própria filiação, assim, ambos também encontram-se vinculados.

Manter-se a representação excluindo os partidos políticos, visando apenas o candidato não garante que a representação será legítima e irá corresponder às expectativas dos representados. Pois a representação não se faz apenas na figura do candidato eleito, mas envolve outros mecanismos que devem manter a constância dessa relação<sup>23</sup>. Isso implicaria no próprio processo eleitoral, pois sua construção juntamente com ideais partidários proporcionam ao eleitor ter uma dimensão e um histórico dos feitos dos partidos no decorrer dos anos e até de sua gestão no poder executivo e legislativo, influenciando diretamente no voto<sup>24</sup>.

A composição da identificação partidária, bem como o que o eleitor acaba levando em consideração, de modo subjetivo, que lhe faz acreditar em promessas, ideologias e muitas vezes, associa-se ao voto a questão punitiva, interferindo de maneira direta nas eleições. Dessa forma, cria-se um mecanismo de verificação do eleitor com os feitos partidários e também correspondendo aos dos candidatos eleitos, ou seja, se estes cumpriram o que foi estabelecido na campanha ou se simplesmente ignoraram, servindo como um parâmetro para as próximas eleições, se irá ou não reeleger este representante. Esse fator desencadeia uma via de mão dupla tanto para representados quanto para representantes, os primeiros por averiguar se promessas foram cumpridas agindo no querer individual e

---

<sup>23</sup> CASTELLO, Graziela; HOUTZAGER, Peter P.;LAVALLE, AdriánGurza. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Lua Nova, São Paulo, 67: 49-103, 2006. pp.53/54.

<sup>24</sup> BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. Lua Nova, n.26, São Paulo, 1992.

coletivo, vislumbrando a melhor política, enquanto o segundo demonstra interesse na permanência do poder e, conseqüentemente em sua reeleição<sup>25</sup>.

Para tanto,

Isso explica o fato de que as opiniões nunca têm o mesmo peso, nem mesmo no caso hipotético de duas opiniões diferentes que obtivessem um mesmo número de votos. Se o valor das opiniões fosse o mesmo, a dialética partidária e o próprio ato de votar fariam pouco ou nenhum sentido. Votar é uma tentativa de dar peso a ideias, mas não para igualá-las em valor. Além disso, opiniões buscam visibilidade para além do dia de eleição, e ainda que elas não possam clamar por nenhuma legitimidade mantida na tomada de decisões, elas têm o poder de influenciá-la e fazê-la seguir seus movimentos. Elas se elevam a um fórum aberto e público de julgamento político, que gera um saldo positivo na atividade política. A especificidade e unicidade da democracia representativa têm por base os lançamentos das "pedras de papel", por intermédio das cédulas, mas não se encerram ali. Residem muito mais no *movimento circular* das opiniões existentes entre as instituições do Estado e a sociedade<sup>26</sup>.

A forma cíclica que insere-se o processo eleitoral no que diz respeito ao papel preponderante do eleitor por meio do voto, inserindo nessa relação algo que envolve uma conexão do eleitor em ideais partidários, ideológicos que formam subjetivamente a opinião do eleitor, colocando no plano objetivo e materializando-se pelo voto o que seria o representante ideal na sua perspectiva. Entretanto, essas opiniões formadas durante o período de mandato do representante, ou até mesmo feitas somente no período eleitoral não significa que posteriormente os eleitores se sintam representados pelos candidatos eleitos.

Embora as eleições sejam o ápice de participação dos eleitores, ainda assim não é a única forma de se fazer presente nesse processo eleitoral que é construído todos os dias. Mas quando o assunto é o envolvimento de representantes e representados, percebe-se que na prática muitos eleitores só participam com o voto. Nessa perspectiva a crítica que se faz é que o voto seria apenas o único instrumento para controlar os representantes e posicionar-se na representação, enquanto os candidatos ao assumirem o papel de representantes tomam decisões que tendem a afetar no plano individual e coletivo, mesmo por aqueles que não o elegeram<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. *Eleições e Representação*. Lua Nova, São Paulo, 67: 105-138, 2006. pp.111/112.

<sup>26</sup> URBINATI, Nadia. Crise e metamorfose da democracia. Rev. bras. Ci. Soc. Vol.28. n.82, São Paulo, Jun.2013.

<sup>27</sup> MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. *Eleições e Representação*. Lua Nova, São Paulo, 67: 105-138, 2006. pp.133/134.

Como um mecanismo de exercer a cidadania e a participação democrática em um governo representativo que apresenta sinais de crise, o voto mesmo resumindo a concepção do eleitor sobre determinado representante, deve ser norteado no processo político pela agenda política. Esta permeia as campanhas eleitorais, informando ao eleitor de forma clara todas as possibilidades de votos, permitindo que este julgue conforme sua percepção, utilizando até mesmo para realização do *accountability*. A construção dessa base em sociedade multiculturais, como enquadra-se o Brasil, possibilita maior participação política<sup>28</sup>.

Diante disso, as eleições e o próprio voto que o eleitor deposita em determinado candidato ou partido, como resultado de suas convicções determina o cenário político durante determinado período, para isso, pesquisar se o Brasil passa por uma crise de representatividade/identidade colabora para compreender os possíveis rumos e soluções.

Tendo por base que o voto é um instrumentos que os eleitores escolhem seus representantes, Fábio Wanderley Reis<sup>29</sup> traça o comportamento eleitoral brasileiro, nomeando-o de síndrome do Flamengo. Essa nomenclatura surge, pois ele unifica duas teorias, a centralidade e a consciência de classe<sup>30</sup>, para explicar tal fenômeno no território nacional. Assim, ao diferenciaros eleitores brasileiros conforme a classe social, os ricos tendem a possuir maior informação e conhecimento de acontecimentos políticos, sendo mais favorecidos, enquanto os setores mais populares, a classe menos favorecida, sofre o impacto da escolha de forma direta, não possuindo conhecimentos tão amplos. Nesse contexto, o eleitor popular tende a votar como se fosse torcer para um time de futebol, por isso síndrome do Flamengo.

A concepção trazida por Reis exemplifica uma parte do que seria o comportamento eleitoral brasileiro, de modo que, somado a isso outros estudos demonstram novas formas de identificação, como a ideologia partidária. A identificação partidária<sup>31</sup>, como esquerda-direita, norteia o brasileiro, mesmo não tendo conhecimento necessário para poder discernir o quão profundo e ramificado o tema sobre política e representação possa ser, mas

---

<sup>28</sup> MIGUEL, Luis Felipe. *Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da Representação política*. RBSC. Vol.18. n.51, fev.2003. pp.131/136.

<sup>29</sup> REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 460 p. ISBN: 978-85-99662-79-3. AvailablefromSciELOBooks . pp.75/81

<sup>30</sup>Ibid, p.75/76. Para o autor a teoria da centralidade demonstra a intensidade de participação política das pessoas, cujo parâmetro seria a classe social e socioeconômica, enquanto a teoria da consciência de classe seria o fato de que conforme a classe social que o indivíduo pertença causaria impacto direto na participação política

<sup>31</sup> SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000. pp.49

possibilita os representados entender algumas nuances das ideologias presentes nesses termos, e para tanto, trazendo consequência ao voto<sup>32</sup>.

Em relação aos partidos políticos constata-se a descrença dos eleitores brasileiros, diminuindo sua convicção e crença nos últimos anos. Os estudos recentes relativos ao comportamento eleitoral perante aos partidos políticos<sup>33</sup> demonstram níveis variados de explicação para a tendência do eleitorado, de modo que, as regiões do Brasil apresentam-se diferentes fundamentações e tipos de eleitorado. Mas em uma visão nacional do eleitorado têm-se que a escolaridade não encontra-se como um fator preponderante na escolha do partido, como antes havia sido defendida por Reis. No entanto, destaca-se como fator importante que eleitorado não demonstra conhecimento para distinguir os partidos políticos brasileiros existentes.

Essa composição do comportamento eleitoral brasileiro demonstra um aumento na instabilidade, apresentando ainda grande fragmentação na decisão do eleitoral causando impacto direto na representatividade. Ademais, o nível de representatividade e de opinião do eleitorado brasileiro apresenta-se diversificado conforme a esfera das eleições e aos cargos públicos que o eleitor terá que votar, podendo demonstrar maior estabilidade e envolvimento em determinados cargos do que outros<sup>34</sup>.

No entanto, a descrença política dos eleitores nos representantes destaca-se após relatos da corrupção, tornando-se um problema que atinge de forma direta a representação e o próprio governo representativo. Essa desconfiança por parte do eleitor incide principalmente nos partidos políticos e a atuação do Congresso Nacional, associando-os diretamente, e por conseguinte, desencadeando uma possível crise de representatividade. Com isso, os eleitores acabam exaltando a figura personalíssima do candidato, vinculando-a principalmente pelo seu desempenho na administração pública, sem levar em consideração sua filiação partidária<sup>35</sup>.

Consequentemente, pode-se entender que a decisão do voto sofre grande influência e relação com as imagens políticas do candidato em si, suas características

---

<sup>32</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação Ideológica, partidos e votos na eleição presidencial de 2006. *Opin. Publica*, vol.13, n.2, Campinas, nov.2007.

<sup>33</sup> BRAGA, Maria do Socorro S. et.al. *Eleitorado e partidos políticos no Brasil*. *Opin. Publica* vol.13. n.2. Campinas, nov.2007.

<sup>34</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. *O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.14, Brasília, maio-agosto de 2014, pp.255-295. pp.284/286.

<sup>35</sup> BAQUERO, Marcello. *Cultura política participativa e desconsolidação democrática reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo Perspec. Vol.15.n.4. São Paulo. Oct./Dez.2001.

peçoais, ressaltando nessa análise atributos positivos como honestidade, integridade e competências nas funções que irá desempenhar ao assumir determinado cargo público<sup>36</sup>. Essa concepção também é trazida por Bernard Manin<sup>37</sup> ao tratar da democracia do público, com a personalização da escolha eleitoral, uma predisposição das democracias contemporâneas. Demonstrando a tendência do eleitorado, em que este vislumbra o candidato ao invés do partido político, analisando aspectos pessoais que ocasionam maior aproximação do eleitor com o candidato. Isso ocorre principalmente em eleições do chefe do poder executivo, em especial eleições presidenciais, pois a figura do líder do partido é enaltecida.

Os argumentos que embasam essa personalização eleitoral é pela presença da mídia nas campanhas eleitorais, pois realça as características do candidato e suscita uma relação que permite ao eleitor se identificar com a pessoa por suas qualidades. Ademais, os próprios partidos políticos inclinam-se a estabelecer esse tipo de conexão, depositando suas propostas no individualismo dos candidatos, ensejando novamente a confiança do eleitor nos possíveis representantes<sup>38</sup>.

Portanto, percebe-se que as democracias representativas contemporâneas apresentam falhas no que tange a representação, mas isso reflete a própria mudança dos atores políticos em relação ao tipo de governo representativo e a forma como ele ocorre no país. No Brasil, o estabelecimento da democracia representativa é recente, apresentando clivagens e rupturas neste processo. A transformação e adequação dos eleitores com eleitos e partidos políticos é algo em constante metamorfose cíclica, primeiramente porque a tendência do eleitorado por meio do voto é escolher o que melhor o representa e para isso utiliza-se critérios subjetivos e objetivos que podem aproximá-lo da personificação do candidato ao invés do partido político, mas isso não significa que não irá observar sua atuação e sua base partidária.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explorado nos tópicos anteriores a representação relacionada a política ainda apresenta contrapontos em uma democracia representativa, principalmente a brasileira que consiste em uma esfera diversificada tanto culturalmente, quanto economicamente

---

<sup>36</sup> BORBA, Julian. *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro*. Opin. Publica. Vol.11. n.1. Campinas, Mar.2005.

<sup>37</sup> MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp.5-34, 1995. pp.14.

<sup>38</sup> Ibid. pp.15.

apresentando desigualdades sociais. Estabelecer um parâmetro ou um meio de se ver representado no Poder legislativo e executivo requer convicções diversas que levam em consideração padrões vividos por cada cidadão.

Esses padrões são concentrados diariamente de acordo com a realidade e a necessidade de cada cidadão, influenciando diretamente em sua participação e entendimento da vida política do país. As eleições estabelecem um momento de exercício de cidadania por meio do voto, porém este não é o único instrumento de participação, mas demonstra ser o mais efetivo controle do eleitor com seus representantes. Ao votar o eleitor condensa naquele instante seus princípios, ideais e crenças políticas, materializando em um candidato específico ou pelo partido político.

No Brasil, as desigualdades sociais existentes permitem constatar a heterogeneidade de ideias presentes no cenário político e o que satisfaz cada eleitor, repercutindo na decisão do voto. Isso proporciona e evidencia os feitos de determinado partido político e de seu candidato durante o período do mandato, averiguando se cumpriu as promessas e expectativas depositadas neles por meio do voto, agindo de modo direto na confiança do eleitor. Assim, os textos e autores analisados, buscam interpretar o possível indício de uma crise de representatividade/identidade do eleitorado brasileiro devido a descrença e a desconfiança política gerada nas últimas eleições, levando partidos políticos ao colapso.

Como mencionado anteriormente e utilizando o marco teórico Bernard Manin, pode-se entender como uma mudança no tipo de governo representativo, conseqüentemente, uma transformação na perspectiva do eleitor, entendendo-se em um tipo de governo representativo público, em que a personalização da figura do candidato se sobrepõe ao partido político, devido a identificação que o eleitor deposita em seus atributos.

Portanto, não evidenciamos a instalação de uma crise de representatividade/identidade do eleitor brasileiro em determinado partido político ou na figura de um candidato em específico, embora a visibilidade dos partidos políticos tenham diminuído de forma recorrente no cenário político. Mas aponta-se uma mudança de perspectiva em relação a própria política e aos rumos que esta vem tomando durante os últimos anos, principalmente no que tange ao não cumprimento de promessas por ambos os atores políticos, não os legitimando para estar à frente do poder executivo ou legislativo, gerando uma crise de descrença na própria política, mas indicando uma possível mudança no tipo de governo representativo no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Lua Nova**, n.26, São Paulo, 1992. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200005>>. Acesso em 20 de set. 2018.

BRAGA, Maria do Socorro S. et.al. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opin. Publica** vol.13. n.2. Campinas, nov.2007

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opin. Publica**. Vol.11. n.1. Campinas, Mar.2005.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação Ideológica, partidos e votos na eleição presidencial de 2006. **Opin. Publica**, vol.13, n.2, Campinas, nov.2007.

\_\_\_\_\_. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.14, Brasília, maio-agosto de 2014, pp.255-295.

CASTELLO, Graziela; HOUTZAGER, Peter P.;LAVALLE, AdriánGurza. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 49-103, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

MAIR, Peter. **Os Partidos Políticos e a democracia**. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, pp.5-34, 1995.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e Representação. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 105-138, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da Representação política. **RBSC**. Vol.18. n.51, fev.2003

PITKIN, Hanna Fetichel. **The Concept of Representation**. University of California Press: California, 1972.

\_\_\_\_\_. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**. 67: 15-47. 2006.

REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e Utopia [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 460 p. ISBN: 978-85-99662-79-3. Available from SciELO Books.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução Antônio Pádua Danesi. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

URBINATI, Nadia. Crise e metamorfose da democracia. **Rev. bras. Ci. Soc.** Vol.28. n.82. São Paulo. June 2013, s/p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200001>. Acesso em 16 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. O que torna a representação democrática?. **Lua nova**, São Paulo, 67: 262-269, 2006.

Submetido em 17.12.2019

Aceito em 10.03.2021